

CIDADE E PATRIMÔNIO NOS PROJETOS CORREDOR CULTURAL E PORTO MARAVILHA

Leopoldo Guilherme Pio¹

RESUMO: Neste trabalho, discuto as diferenças entre o Projeto Corredor Cultural, proposta pioneira na revitalização do centro histórico do Rio de Janeiro e o Porto Maravilha, projeto de revitalização da zona portuária. O objetivo da pesquisa é analisar o papel das noções de memória e patrimônio cultural nos dois projetos, considerando os significados atribuídos à preservação histórica nos dois casos, e compreender os novos sentidos atribuídos à cidade do Rio de Janeiro no século XXI.

Palavras-chave: memória urbana; patrimônio; revitalização urbana.

ABSTRACT: In this paper, I discuss the differences between the Cultural Corridor Project, proposed pioneer in the revitalization of the historic center of Rio de Janeiro and Porto Wonder, revitalization project in the port area. The objective of the research is to analyze the role of the notions of memory and cultural heritage in both projects, considering the meanings attributed to historic preservation in both cases, and understand new meanings attributed to the city of Rio de Janeiro in the XXI century.

Keywords: Urban memory, heritage, urban revitalization.

NOTA PRÉVIA:

Este artigo é fruto dos estudos realizados na linha de pesquisa Planejamento Estratégico e Gerenciamento de Processos desenvolvido na Faculdade CCAA

INTRODUÇÃO

No final dos anos 90, estudei os princípios e significados do Projeto Corredor Cultural na reordenação material e simbólica do centro da cidade do Rio de Janeiro (Pio 2001). Ao fim da pesquisa, detectei o surgimento de um conjunto de fatores que pareciam indicar uma mudança no modo de se pensar intervenções urbanas em áreas históricas. Naquele momento, não foi possível aprofundar a análise de tais fatores, mas nos anos seguintes tornou-se clara a relevância desses fatores na compreensão dos processos de revitalização. O surgimento de debates a respeito da sustentabilidade econômica dos equipamentos culturais, o aumento da influência de agências internacionais (em especial, UNESCO e Banco Interamericano de Desenvolvimento) nas políticas culturais e urbanas e o aumento da importância dos princípios do planejamento estratégico e do marketing urbano na gestão das cidades são algumas das influências recentes que se efetivaram sobre os projetos de intervenção urbana e cultural. Em consequência, na última década a revitalização de áreas históricas tomou

¹ Doutorando em Ciências Sociais (UERJ-PPCIS). Bolsista da FAPERJ. Professor da Faculdade CCAA. E-mail: leoguiller@yahoo.com.br

novas formas. Parto do pressuposto de que o Projeto Porto Maravilha pode ser visto como reflexo de tais transformações.

O objetivo desse artigo é analisar os elementos que diferenciam Projeto Corredor cultural e Porto Maravilha e detectar que fatores promovem o redirecionamento das políticas de revitalização e preservação de bens culturais urbanos no Rio de Janeiro. Arrisco a hipótese de que o Porto Maravilha representa a consolidação de um novo paradigma de recuperação de áreas “*históricas*”. Argumento que a proposta de patrimonialização presente no Porto Maravilha representa um afastamento da retórica da perda que caracterizou o tratamento do patrimônio no Brasil desde a criação do Iphan, em que “*A História aparece como “um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma “cultura”, “tradição”, “identidade” ou “memória” nacional tendem a se perder”* (Gonçalves, 1996, p. 22). Embora tal retórica ainda esteja presente nos discursos de patrimonialização, entendo que, simultaneamente, outras duas categorias passam a definir os sentidos da relação entre passado e presente: o “*reconhecimento*” da história e a “*conquista*” da memória.

A lógica do “*reconhecimento*” do passado tem como princípio a redescoberta e a atualização do passado, a partir da defesa do poder redentor da memória. Se na retórica da crise há um apego visceral às origens, a lógica do reconhecimento destaca os procedimentos necessários para avaliar criteriosamente nossa herança cultural. Trata como missão e responsabilidade de cada um “*revelar o esquecido*”, como dizia Walter Benjamin, e funda-se, por exemplo, na reinterpretação da história cultural das cidades (como comprova o discurso de urbanistas, curadores e diretores de centros culturais). Este tipo de discurso se reflete também nos esforços em delimitar os diversos sentidos que o patrimônio pode assumir na atualidade; na elaboração das “*cartas*” legitimadoras da preservação (como a Carta de Lisboa de 1995), que atribuem significado especial à produção de uma “*contabilidade*” da história (armazenamento, preservação e renovação dos sentidos do passado); e na necessidade de definição dos conceitos operacionais (revitalização, reabilitação, requalificação urbana) que permitam o desenvolvimento dessa contabilidade.

Os discursos sobre o patrimônio caracterizados pela categoria “*conquista*” destaca o passado como algo completamente recuperado e reincorporado ao discurso do presente e da consagração ou reforço dos marcos distintivos da cultura e da memória local. Geralmente se traduz nos discursos ligados à promoção cultural, através

da afirmação de uma identidade caracterizada pelo “*espírito*” ou “*vocação*” dos lugares e na necessidade de atualização do passado e da memória, como elementos de fruição estética e experiência turística. De certo modo, este discurso enfatiza um processo de estetização da vida cotidiana:

“No atual estágio do capitalismo, a indústria cultural entrou no seu estágio *soft*, por assim dizer, pós-industrial. Se pensarmos no que foi a indústria cultural nos anos 50 e 60, veremos que o processo se inverteu. Não se trata mais de trazer a cultura elevada para o mundo cotidiano, rebaixando o tom e [...] desestetizando a arte na forma de uma cultura de massa, mas de introduzir o universo cotidiano no domínio antes reservado à alta cultura. À desestetização da arte segue-se o momento complementar de estetização do social [...]” (Arantes 2000, p. 243).

O que importa nesse discurso é a renovação e o fortalecimento da imagem urbana, a continuidade natural entre passado, presente e futuro. Está presente na fala de curadores e políticos, bem como nos ritos de passagem e iniciação que muitas vezes caracterizam os mega-eventos culturais ou esportivos, a reinauguração de equipamentos culturais e exposições e a legitimação de “*novas áreas históricas*”, como se pode perceber na apresentação do projeto:

Uma Zona Portuária diferente. Um Rio de Janeiro diferente. Esta será a nova realidade existente ao final do Projeto Porto Maravilha. A transformação de um espaço abandonado e degradado em um cenário condizente com a beleza e a importância mundial da cidade do Rio. (...) Importante porta de entrada da cidade, o Porto do Rio passa agora de elemento coadjuvante no visual bonito da Baía de Guanabara para parte principal deste processo de construção de uma nova imagem do Rio. O projeto volta a integrar o porto à cidade, ficando em pé de igualdade com os principais centros urbanos do mundo que também revitalizaram suas zonas portuárias, como Barcelona e Buenos Aires.ⁱ

A revitalização é vista, nesses discursos, como estratégia de desenvolvimento urbano e forma de estimular tanto o progresso social quanto a diversidade cultural. Essa diversidade é à base da dinâmica desses espaços e é vista como o ingrediente que valoriza o poder informador do patrimônio e dos centros históricos e a fruição estética – o que leva à visão do patrimônio como “*marca das cidades*” ou “*instrumento de participação cívica*”. A Zona portuária torna-se, assim, o “*Coração cultural do Rio*” (segundo Eduardo Paes); e “*A instalação do Museu do Amanhã no Pier Mauá confere força e charme ao projeto de revitalização do Porto e promete se transformar num marco arquitetônico do Rio*”ⁱⁱ.

USOS E SENTIDOS DA REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS CENTRAIS: DO CORREDOR AO PORTO.

O Projeto Corredor Cultural se destaca na história do urbanismo do Rio de Janeiro por representar uma mudança do paradigma progressista/modernista, hegemônico até então, para o modelo de preservação ou recuperação dos vínculos entre habitantes e memória urbana. Postulou também a idéia de que as edificações históricas podem e devem ser simultaneamente preservadas e reutilizadas segundo uma linguagem contemporânea, evitando-se tanto o modelo modernista tabula rasa quanto o “*preservacionismo purista*” (Pio 2001). O Projeto surge em um momento histórico e político singular. O contexto de abertura política, a possibilidade de reformulação da legislação urbanística e o surgimento de associações comunitáriasⁱⁱⁱ que começavam a se posicionar em relação aos problemas urbanos, possibilitavam uma nova perspectiva de cidade e um clima intelectual positivo em relação às questões antes relegadas a segundo plano, como a preservação do patrimônio. Na cena internacional, surge a questão da integração dos conjuntos históricos à vida coletiva contemporânea. Nesta nova perspectiva, surge o conceito de “*conservação integrada*”, que impõe a necessidade da conservação do patrimônio cultural ser integrada ao planejamento urbano e regional. Em 1976, durante a Convenção de Nairobi, a UNESCO passa a valorizar a proteção conjuntos arquitetônicos segundo critérios antropológicos e afetivos, em detrimento de interesses puramente museológicos. Do ponto de vista das técnicas de preservação, tal redefinição implica o descarte da preocupação da unidade do estilo, em prol da preservação do conjunto de intervenções realizadas em determinado objeto. Constitui-se, portanto, de uma nova forma de representar os espaços e objetos significativos do passado.^{iv}

Essa nova ideologia patrimonial permitiu o surgimento dos princípios que orientaram o Projeto Corredor Cultural. Em entrevista realizada em 2001, o arquiteto e urbanista Augusto Ivan Pinheiro^v, um dos criadores do projeto, destacou que na época da gestação do projeto, “*a ameaça da perda das referências históricas era uma questão importante para nós da prefeitura, mas no geral a questão não era tanto do valor arquitetônico e artístico das edificações ou do espaço e mais pela qualidade de vida urbana e pelo medo da perda da identidade e das referências da cidade*”. Esse discurso, presente também na fala de outros técnicos participantes do projeto com pequenas nuances, demonstra um foco no ambiente histórico e nos papéis dos espaços públicos da área central. Essa e outras afirmativas obtidas durante o trabalho de campo sinalizam que o projeto foi elaborado a partir de uma “*retórica da perda*”, isto é, de um

discurso que legitima a preservação histórica ao perceber o risco de desaparecimento do passado (Gonçalves 1996). O apoio do prefeito (Israel Klabin), dos comerciantes da área (especialmente na área do SAARA e do Largo da Carioca) e de proprietários é geralmente destacada como outro fator importante para a consolidação do projeto. O Corredor Cultural foi visto pelos comerciantes como garantia de permanência frente às ameaças da incorporação imobiliária e da possível expansão da área de negócios.^{vi}

Na mesma entrevista, Augusto Ivan afirma que abertura política, aliada a descaracterização da cidade, contribuíram para a consolidação e aceitação popular do Corredor Cultural: “[nos anos 60] era um avanço permitido da cidade moderna sobre a cidade antiga, sobre a arquitetura, descaracterizando a paisagem histórica ... invadindo sem nenhum critério nas áreas históricas do centro.” Por seu turno, a revitalização do porto se legitima a partir da ideia de modernização e expansão da cidade como um todo. Segundo o Estudo de Impacto de Vizinhança do Porto Maravilha (EIV), elaborado pela CDURP e pelo Instituto Pereira Passos, o objetivo do projeto é conceber um plano completo de revitalização para área, “de forma que a transforme num novo vetor de crescimento da cidade, como ocorreu com os bairros Copacabana, na década de 1940, Ipanema e Leblon na década de 1960 e com a Barra da Tijuca a partir da década de 1970” (Cedurp/IPP 2009, p. 16). A intervenção é justificada por se localizar em área estratégica e pelo patrimônio e equipamentos culturais já existentes. Segundo o poder público “O Porto Maravilha é um projeto de requalificação que prevê o reencontro da Região Portuária com a cidade”, pois “a degradação presenciada pelos cariocas por décadas na área será revertida em histórica onda de reformas urbanas promovidas pela Prefeitura do Rio”.^{vii} Da mesma forma, a importância da intervenção é destacada pelo secretário de Desenvolvimento, Felipe Góes: “[o Porto Maravilha] é um projeto absolutamente estratégico para o futuro de nossa cidade. Resgatar a região portuária é resgatar o Centro do Rio de Janeiro”.^{viii} Destaca-se, nesse sentido, uma primeira diferença entre corredor cultural e o porto maravilha: a escala, intenção e sentido das intervenções. É significativo que a área de intervenção do Porto Maravilha seja vista como um campo de possibilidades e potenciais, com vocação cultural e econômica para atrair turistas e contribuir para uma transformação econômica da cidade como um todo. Por sua vez, o Corredor Cultural é elaborado como uma reação (de certo modo, emergencial) contra o risco da perda total dos marcos históricos do centro histórico. Segundo Augusto Ivan Pinheiro,

Na verdade, não houve uma grande ou expressiva pressão imobiliária sobre essa área. A única pressão forte partiu do próprio governo, que alargou ruas, demoliu quarteirões, quase bairros inteiros, morros e prédios importantes (como o Mercado da Praça XV e o Palácio Monroe) O contexto da destruição parece ter sido mais ideológico, simbólico da

modernidade e do progresso contra o passado e o atraso, do que econômico. (Pinheiro 2002, p. 151)

Assim, se por um lado, o Projeto Corredor cultural se estrutura a partir da contenção ou neutralização de um processo de modernização que “ameaçava o patrimônio da cidade”, a zona portuária é interpretada como “novo vetor de crescimento” urbano. O patrimônio - histórico, paisagístico e cultural – é transformado em “vocação do espaço”. Tenta-se formular, portanto, uma tradição unívoca que visa enquadrar ou mesmo neutralizar os cont udos simbólicos da área segundo as propostas do prefeitura. É nesse sentido que, segundo o poder público “O Porto Maravilha é um projeto de requalificação que prevê o reencontro da Região Portuária com a cidade”, pois “a degradação presenciada pelos cariocas por décadas na área será revertida em histórica onda de reformas urbanas promovidas pela Prefeitura do Rio”.^{ix} Realmente, durante o trabalho de campo, durante as visitas guiadas às obras foi possível perceber (tanto nas exposições quanto nas conversas que tive com alguns técnicos) a recorrência do uso de termos estigmatizantes por parte dos técnicos da área, frequentemente vista como “degradada”, “crítica”, “caindo aos pedaços” ou “decadentes”. Meu trabalho de campo realizado durante visitas à obra Estabeleceu-se, em d vida, uma “retórica do vazio” (Guimarães 2012) que tente imprimir sobre as formas de sociabilidade local. Assim, “problema” da zona portuária não está na condição física dos prédios, como ocorria no corredor cultural, mas sim a “ociosidade” da região, os espaços “subutilizados”, as “ruínas”, enfim, os vazios. Como lembra Guimarães, os espaços discursivamente construídos como vazios e abandonados justifica a força da potencialidade de aproveitamento. Mais do que a ideia de “má conservação”, a ideia de “vazio” desempenha assim um papel na construção da imagem da área, do imaginário urbanístico e na formação de um sistema classificatório da memória local.

Os vazios, a ociosidade usos críticos são de certo modo o que impede que a vocação natural da região seja efetiva. A essa temporalidade vazia, opõe-se uma cultura do legado, e a intenção clara de construir a história e o futuro da cidade. Entendo que o termo “degradação” ganha um peso significativo no discurso do Porto Maravilha, pois reverter a área degradada (em termos físicos ou simbólicos) justifica a conversão de imóveis ou locais “ociosos” a uma nova lógica de uso, que vem sendo questionada por parte significativa dos moradores.² A zona portuária   vista como um campo de possibilidades e potenciais, com vocação cultural e econ mica para atrair turistas e

² Curiosamente, em uma de suas apresentações, Fajardo assume que o  ndice de notificações de prédios em má conservação   menor na zona portuária do que no resto do centro, devido população residente (“principal ativo da área”, segundo ele).

contribuir para uma transformação econômica da cidade como um todo. Por outro lado, tais características precisam ser potencializadas pela intervenção:

[a zona portuária] É a porta de entrada para os turistas que chegam à cidade em cruzeiros e tem em seu interior vários pontos de interesse como a Igreja de São Francisco da Prainha, o conjunto urbano do Morro da Conceição e a recém construída Cidade do Samba. Todos estes aspectos são importantes e apontam uma vocação para um uso da área muito mais intenso do que hoje ocorre com a instalação de novos moradores, comércios, serviços, equipamentos urbanos, culturais, de lazer e grandes parques. Porém, eles não são suficientes por si só, a propiciar a recuperação da área. (CDURP/IPP, 2011, p. 16)

O projeto foi elaborado como instrumento de “reposicionamento” da cidade, como é destacado pelo secretário de Desenvolvimento, Felipe Góes: “[o Porto Maravilha] é um projeto absolutamente estratégico para o futuro de nossa cidade. Resgatar a região portuária é resgatar o Centro do Rio de Janeiro”. Através do programa de recuperação e reestruturação dos sistemas de infraestrutura urbana elaborados pela Operação, a região será valorizada, gerando mais renda para o Estado, e “atrair investimentos para novas unidades residenciais, comerciais e de serviços, sedes de empresas, estabelecimentos hoteleiros, equipamentos culturais e de lazer” e transformando a região da zona portuária numa “área dinâmica que seja uma nova referência de planejamento urbano para a cidade” (CDURP/IPP2010, p.28). Interessante notar, portanto, que os ideais urbanísticos e sociais propostos pelo Porto Maravilha sinalizam o surgimento de novas tendências ideológicas e econômicas, que reorientam as funções e significados dos projetos de revitalização urbana de áreas históricas degradadas.

NOVAS TENDÊNCIAS DA REVITALIZAÇÃO URBANA EM CENTROS HISTÓRICOS.

Na contemporaneidade, o interesse pela cultura da cidade e estilos de vida urbanos tem aumentado significativamente. A convergência entre espaço urbano e cultura, na qual a cidade torna-se “território fundamental da diversidade cultural” está presente na agenda política contemporânea, como comprova a cláusula 10 da *Agenda 21 da cultura*, documento redigido em 2004 durante o Fórum Universal das Culturas, ocorrido em Barcelona, que destaca que “a afirmação das culturas (...) constitui um fator essencial no desenvolvimento sustentável das cidades e territórios no plano humano, econômico, político e social (2004: 1, grifo meu)”. A proliferação de projetos de revitalização de centros históricos (vistos como geralmente como “núcleos

culturais”), iniciativas como “*Cidade Européia da cultura*” e a popularização das noções de “*patrimônio mundial da humanidade*”, “*paisagem cultural*”^x e “*entorno dos bens patrimoniais*” contribuíram diretamente para a intensificação dos processos de resgate e valorização das memórias urbanas, relativas tanto às identidades nacionais quanto locais. Nas metrópoles contemporâneas, a relação contemporânea entre cultura e memória urbana é evidente em iniciativas tão diversas como a promoção de culturas locais e patrimônio nacional vinculados ao turismo cultural, a estetização da memória empreendida pelos novos museus ou centros culturais, o *enobrecimento* de áreas urbanas antigas, convertidas em paisagens produzidas para o consumo visual, ou na inclusão da arquitetura urbana (especialmente grandes equipamentos culturais) no repertório estratégico das políticas culturais (Arantes, 2000, Huyssen 2000).

Segundo Broudehoux (2011), a “*regeneração cultural das cidades*” se apoia em quatro ações: a busca ativa de status oficial atribuídos pelos organismos internacionais (como a UNESCO), a valorização do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico urbano (especialmente em centros históricos) e das áreas portuárias abandonadas, a construção de infraestruturas culturais e megaprojetos arquitetônicos e a promoção da cidade como anfitriã uma série de eventos culturais ou festivais. Nesse sentido, as políticas da prefeitura do Rio de Janeiro em geral, e as propostas do Porto Maravilha em particular se adaptam perfeitamente ao modelo proposto por Broudehoux: a cidade obteve o título de Cidade Patrimônio da humanidade, delegado pela UNESCO e que permite a valorização da cidade interna e externamente, bem como a intensificação de um civismo em relação à cultura da cidade; a valorização e/ou criação de novos patrimônios e práticas culturais na zona portuária, que contribuem para a requalificação da área como “*vetor de crescimento econômico*” e simultaneamente, “*coração cultural*” da cidade; a construção do Museu de Arte do Rio e, especialmente, o Museu do Amanhã, que segue a fim de aprimorar a marca e o prestígio da cidade e de renovar sua oferta turística; por fim, a cidade será sede de diversos eventos esportivos e culturais, que podem ser utilizados para colocar em cena talentos culturais locais e internacionais de diversas áreas “*criativas*” (música, cinema, literatura, artes visuais, gastronomia, além de grupos tradicionais e dos ritos próprios a certas comunidades locais).

Para que a cidade se adapte aos desafios acima apresentados (que articulam a dinamização da economia e o reforço ou transformação das identidades urbanas), são necessárias campanhas publicitárias, a promoção de áreas comerciais, o incremento das infraestruturas de acessibilidade e comunicações, bem como a reserva de áreas para implantação de novos negócios. Pode-se concluir que a intervenção urbana em curso atualmente no Rio de Janeiro pode ser vista como mais um ato de reinvenção da

identidade da cidade. A zona portuária possui um papel fundamental neste processo, como demonstra o slogan do Projeto – *“Porto Maravilha - Uma nova cidade está nascendo”*. Nesse sentido, o *“Porto Maravilha”* traz novos temas e questões ao entendimento da história das intervenções urbanas já ocorridas na cidade. Em primeiro lugar, é notável a centralidade atribuída a *“cultura”*, (estilos de vida locais, patrimônio, cultura popular) na renovação do papel da cidade, tendência que pode ser vista em diversos projetos internacionais. Em segundo lugar, embora as parcerias entre poder público e iniciativa privada e entre poder local e consultorias internacionais não sejam novidade nesse tipo de intervenção, no caso pesquisado tais relações parecem ser mais intensas e significativas do que nos casos anteriores, determinando inclusive o tipo de cidade que se quer construir. Por fim, cabe lembrar que desde os anos 60 o Rio de Janeiro tenta recuperar a sua capitalidade, perdida com a inauguração de Brasília, o que torna o projeto atual de sua modernização um instrumento inédito de resgate do capital cultural e político da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso do projeto Porto Maravilha reflete demandas e prerrogativas atribuídas à cultura e à cidade na contemporaneidade. A revitalização é vista, nesse discurso, como estratégia de desenvolvimento urbano e forma de estimular tanto o progresso social quanto a diversidade cultural. Essa diversidade é a base da dinâmica desses espaços e é vista como o ingrediente que valoriza o poder informador do patrimônio e dos centros históricos e a fruição estética – o que leva à visão do patrimônio como *“marca das cidades”* ou *“instrumento de participação cívica”*. O histórico anterior de área estigmatizada é apagado, para dar lugar à Zona Portuária que é o *“Coração cultural do Rio”*. No mesmo tom, afirma-se também que *“A instalação do Museu do Amanhã no Pier Mauá confere força e charme ao projeto de revitalização do Porto e promete se transformar num marco arquitetônico do Rio”*.^{xi} A partir do estudo preliminar apresentado, pode-se afirmar que os valores e bens culturais tem papel significativo na legitimação e orientação dos projetos de revitalização da zona portuária, bem como na reelaboração da imagem da cidade do Rio de Janeiro. Embora seja prematuro afirmar que o projeto Porto Maravilha reproduza literalmente o modelo das cidades criativas, é possível perceber um processo de seleção de certos elementos deste modelo, atrelado à proposta pioneira da reforma de Barcelona, adaptados evidentemente às questões e desafios locais, como por exemplo, a violência urbana, e a organização da população local e de certos setores da academia (arquitetos, urbanistas, sociólogos, museólogos entre outros) contra o projeto. Resta, portanto, mapear de

forma mais refinada as estratégias culturais e políticas de “requalificação” da cidade. A análise desses processos permitirá a compreensão mais refinada dos usos da memória e do patrimônio urbano na requalificação da cidade e na adaptação desta às demandas sociais contemporâneas.

Pode-se concluir, portanto, que as noções de cidade, memória e cultura são repensadas em relação às novas tecnologias e à lógica da mercantilização da sociedade. Ao mesmo tempo, o deslocamento da gestão da política urbana para esfera municipal torna a cidade protagonista do agravamento ou da resolução de problemas sociais, uma vez que o espaço urbano torna-se ator estratégico do desenvolvimento econômico. Sob estas circunstâncias, as metrópoles se encontram diante dos dilemas e desafios decorrentes do seu novo papel sociocultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otilia (2000), “Uma Estratégia Fatal: A cultura nas novas gestões urbanas”. In: Otilia Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato, *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 11-74.

BROUDEHOUX, Anne-Marie. “La régénération par la culture, les grands projets culturels et la spectacularisation du paysage urbain à l’ère du néolibéralisme mondial”. Université du Québec à Montréal.

FAJARDO, Washington (2011), “Onde tudo começa: a criatividade na base da revitalização urbana”. Página consultada a 16.03.2011, em <http://www.iniciativacultural.org.br/wp-content/uploads/2011/07/1-fgv.pdf>.

GUIMARAES, Roberta. *A utopia da Pequena África: Os espaços do patrimônio na zona portuária carioca*. Tese de doutorado em Antropologia social. Rio de Janeiro : UFRJ, IFCS, PPGSA, 2011, 225 p.

HARTOG, François (2006), “Tempo e patrimônio”. *Varia hist.*, Dezembro, 36 [22]:261-273.

HUYSEN, Andreas (2004), *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora. Rio de Janeiro.

CDURP/Instituto Pereira Passos (2010), *Estudo de impacto de vizinhança - Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio*. Página consultada a 14.01.2011, em <http://www.portomaravilha.com.br/eiv/>

PIO, Leopoldo Guilherme (2001). *Cidade como patrimônio: Revitalização e preservação no centro histórico do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ, PPCIS, 132 p.

UNESCO (2004), *Agenda 21 da Cultura - Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural*. Barcelona, 2004.

ⁱ<http://www.portomaravilhario.com.br/noticias/2010/06/01/regiao-vai-se-igualar-aos-grandes-portos-do-mundo/>

ⁱⁱ<http://www.portomaravilhario.com.br/noticias/2010/06/18/prefeito-e-santiago-calatrava-apresentam-projeto-do-museu-do-amanha/>

ⁱⁱⁱ Vale ressaltar o surgimento de associações como A Associação dos Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), bem como as mobilizações ambientalistas e preservacionistas, que dão origem às áreas de proteção

ambiental (APA's), ao Programa de estruturação urbana da Urca e à legislação que impediu transformações mais radicais no bairro do Catumbi.

^{iv} Naturalmente, tais modificações influenciam a visão do patrimônio urbano no Brasil. A partir do fim da década de 1970, a política cultural nacional passou a valorizar não só as *ciudades-museu*, como Mariana ou Ouro Preto, mas também os núcleos históricos, praças e ruas. Destaca-se também a valorização dos territórios e conjuntos arquitetônicos, do patrimônio vinculado às comunidades específicas em lugar da preservação de edifícios isolados ou coleções. Por seu turno, a noção de “restauração” deixou de designar o restabelecimento de um estado original do bem cultural, passando a reabilitar as “camadas” históricas que compõem a própria trajetória desse bem. Ao mesmo tempo, a da institucionalização do termo “bem cultural” pelo Iphan permitiu renovar e ampliar a noção de patrimônio cultural, antes circunscrita aos objetos culturais notáveis ou excepcionais.

^v O Projeto Porto Maravilha possui quatro frentes de atuação: o estímulo ao *uso habitacional*, a melhoria na *infraestrutura* (saneamento, malha viária, meio ambiente), *comércio e indústria e cultura e entretenimento*. Aqui discutiremos as ações culturais, para efeito de comparação com o Corredor Cultural. Sintomaticamente Freitas acompanha as transformações do centro da cidade desde os anos 60. Nessa época trabalhou como estagiário da Secretaria de Obras na gestão de Negrão de Lima, tendo acompanhado a demolição de antigos imóveis da Lapa.

^{vi} Vale lembrar também que alguns projetos de intervenção realizados parcialmente nos anos 60 contribuíram para a criação do “fantasma” da desapropriação ou expulsão do comércio. A continuação proposta para a Avenida República do Paraguai, por exemplo, significaria a desapropriação de vários imóveis do SAARA e a Avenida Chile também teria um prolongamento que uniria a zona portuária à Lapa (que formaria a Avenida Norte-Sul).

^{vii} <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/pdf/05.pdf>

^{viii} <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=894709>

^{ix} <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/imprensa/pdf/05.pdf>

^x O termo se refere à Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) e nas orientações para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO e engloba *monumentos* (Obras arquitetônicas, estruturas de caráter arqueológico ou outros elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência) os *conjuntos* (Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração com valor histórico, artístico ou científico) e os *locais de interesse* (obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico).

^{xi} <http://www.portomaravilhario.com.br/noticias/2010/06/18/prefeito-e-santiago-calatrava-apresentam-projeto-do-museu-do-amanha/>